



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 1.75

SUMÁRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA :

Decreto do Presidente da República n.º 09/2009 de 14 de Abril de 2009 3083
Decreto do Presidente da República n.º 10/2009 de 14 de Abril de 2009 3083

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL :

Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial 3083

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA :

Deliberação n.º 01 / D / CSMP / I / 2009 3084
Deliberação n.º 02 / D / CSMP / I / 2009 3084
Deliberação n.º 03 / D / CSMP / I / 2009 3084
Deliberação n.º 04 / D / CSMP / I / 2009 3084

MINISTÉRIO DO TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA :

Diploma Ministerial N.º 1/2009
Regulamento Específico da Lotaria Popular 3085
Diploma Ministerial N.º 2/2009 de 8 de Abril de 2009
Aviso Público Candidaturas para uma Concessão do jogo de lotarias 3090

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES :

Relatório Rezultadu Apresiasaun & Validasaun Kontas hosi Partidu Politiku sira ho Asentu-Parlamentar, ba Anu-Fiskal 2008 3092

Decreto do Presidente da República n.º 09/2009 de 14 de Abril de 2009

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste atribui ao Presidente da República a competência no domínio das Relações Internacionais, para nomear e exonerar embaixadores, representantes permanentes e enviados extraordinários, sob proposta do Governo, nos termos do disposto no seu artigo 87º, alínea b).

O Presidente da República, nos termos do artigo 87º, alínea b) da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, decreta:

É nomeada Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, a Sra. Marina Isabel Maria Ribeiro Alkatiri, para a República de Moçambique.

Emitido no Palácio Presidencial Farol, aos catorze dias do mês de Abril de dois mil e nove.

O Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Dr. José Ramos-Horta

Decreto do Presidente da República n.º 10/2009 de 14 de Abril de 2009

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste atribui ao Presidente da República a competência no domínio das Relações Internacionais, para nomear e exonerar embaixadores, representantes permanentes e enviados extraordinários, sob proposta do Governo, nos termos do disposto no seu artigo 87º, alínea b).

O Presidente da República, nos termos do artigo 87º, alínea b) da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, decreta:

É nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Sr. Joaquim António Maria Lopes da Fonseca, para a República Federal da Suíça.

Emitido no Palácio Presidencial Farol, aos catorze dias do mês de Abril de dois mil e nove.

O Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Dr. José Ramos-Horta

Deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial

Na reunião do C.S.M.J. em que participaram os Conselheiros Cláudio de Jesus Ximenes, Presidente, Cirilo Cristóvão, Nelson de Carvalho, Napolião Soares da Silva e Guilhermino de Carvalho, o Conselho Superior da Magistratura Judicial resolveu, ao abrigo do mencionado artigo 25 e 26 da Lei 08/2002, de 20 de Setembro, alterada pela Lei 11/2004, nomear Juízes de direito de 3 classe, os Juízes estagiários Dr. João Ribeiro para exercer funções de Dili e o Dr. Afonso Carmona para exercer funções no Tribunal de Baucau.

Nomear ao abrigo do disposto nos artigos 19, 20, 23, e 66 do Dec.- Lei 38/2008, de 29 de Outubro, como Defensores Públicos de 3 classe, os Defensores Públicos estagiários Dr. Sergio

Dias Quintas, Dr. Rui Manuel Guterres, Dr. Marçal Mascarenhas e Dra Laura Valente Lay.

Dili 8 de Abril de 2008

Claúdio Ximenes

Presidente do CSMJ

Deliberação n.º 01 / D / CSMP / I / 2009

O Conselho Superior do Ministério Público reunido na sua I.ª Reunião, e I.ª Reunião Extraordinária, de 04 de Março de 2009, delibera por unanimidade, nomear a:

Dra Remízia de Fátima da Silva, nascida no dia 21 de Janeiro de 1973, natural de Uatu Carbau, República Democrática de Timor Leste, portadora do passaporte n. S0002115, para o cargo de Procuradora da República de 3.ª classe, com efeitos a partir da data da presente deliberação, ao abrigo do disposto no art.º 17º, n.º 1, al. a), da Lei n.º 14/2005, de 16 de Setembro (Estatuto do Ministério Público), considerando os resultados do curso de formação para magistrados e o parecer final da fase experimental de estágio.

A ora nomeada fica colocado na Procuradoria da República do Distrito de Dili, a partir da data da sua tomada de posse, devendo apresentar-se ao serviço para início de funções, no próximo dia 16 de Março corrente.

Conselho Superior do Ministério Público, 04 de Março de 2009.

Aprovada, publique-se.

O Presidente

/Dr Longuinhos Monteiro/

Deliberação n.º 02 / D / CSMP / I / 2009

O Conselho Superior do Ministério Público reunido na sua I.ª Reunião, e I.ª Reunião Extraordinária, de 04 de Março de 2009, delibera por unanimidade, nomear o:

Dr. Alfonso Lopez, nascido no dia 22 de Julho de 1968, natural de Lautém/Lospalos/Raça, República Democrática de Timor Leste, portador do Cartão de Eleitor n. 0545667, para o cargo de Procurador da República de 3.ª classe, com efeitos a partir da data da presente deliberação, ao abrigo do disposto no art.º 17º, n.º 1, al. a), da Lei n.º 14/2005, de 16 de Setembro (Estatuto do Ministério Público), considerando os resultados do curso de formação para magistrados e o parecer final da fase experi-

mental de estágio.

O ora nomeado fica colocado na Procuradoria da República do Distrito de Suai, a partir da data da sua tomada de posse, devendo apresentar-se ao serviço para início de funções, no próximo dia 16 de Março corrente.

Conselho Superior do Ministério Público, 04 de Março de 2009.

Aprovada, publique-se.

O Presidente

/Dr Longuinhos Monteiro/

Deliberação n.º 03 / D / CSMP / I / 2009

O Conselho Superior do Ministério Público reunido na sua I.ª Reunião, e I.ª Reunião Extraordinária, de 04 de Março de 2009, delibera por unanimidade, nomear a:

Dra. Benvinda da Costa do Rosário, nascida no dia 13 de Dezembro de 1972, natural de Uatolari, República Democrática de Timor Leste, portadora do passaporte n. S0002114, para o cargo de Procuradora da República de 3.ª classe, com efeitos a partir da data da presente deliberação, ao abrigo do disposto no art.º 17º, n.º 1, al. a), da Lei n.º 14/2005, de 16 de Setembro (Estatuto do Ministério Público), considerando os resultados do curso de formação para magistrados e o parecer final da fase experimental de estágio.

A ora nomeada fica colocado na Procuradoria da República do Distrito de Baucau, a partir da data da sua tomada de posse, devendo apresentar-se ao serviço para início de funções, no próximo dia 16 de Março corrente.

Conselho Superior do Ministério Público, 04 de Março de 2009.

Aprovada, publique-se.

O Presidente

/Dr Longuinhos Monteiro/

Deliberação n.º 04 / D / CSMP / I / 2009

O Conselho Superior do Ministério Público reunido na sua I.ª Reunião, e I.ª Reunião Extraordinária, de 04 de Março de 2009, delibera por unanimidade, nomear o:

Dr. Hipólito Exposto Martins Santa, nascido no dia 13 de

Agosto de 1964, natural de Ponilala, Ermera, República Democrática de Timor Leste, portador do Passaporte n. C0013361, para o cargo de Procurador da República de 3.^a classe, com efeitos a partir da data da presente deliberação, ao abrigo do disposto no art.º 17º, n.º 1, al. a), da Lei n.º 14/2005, de 16 de Setembro (Estatuto do Ministério Público).considerando os resultados do curso de formação para magistrados e o parecer final da fase experimental de estágio.

O ora nomeado fica colocado na Procuradoria da República do Distrito de Oecusse, a partir da data da sua tomada de posse, devendo apresentar-se ao serviço para início de funções, no próximo dia 16 de Março corrente.

Conselho Superior do Ministério Público, 04 de Março de 2009.

Aprovada, publique-se.

O Presidente

/Dr Longuinhos Monteiro/

Diploma Ministerial N.º 1/2009

REGULAMENTO ESPECÍFICO DA LOTARIA POPULAR

O Decreto-lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, que estabeleceu o Regulamento dos Jogos Recreativos e Sociais prevê e estatui que as actividades de jogo se devem integrar na economia legal e nela desenvolverem harmonia social e fiscal, substituindo-se à impunidade e ao desenvolvimento desregulado de actividades marginais que tem gerado um ambiente de reprovação pública e de insegurança, além da saída ilegal de divisas.

Mais prevê que a Lotaria Popular deve contribuir para aumentar o emprego e criar valor a devolver à sociedade, através do financiamento de objectivos de natureza social e desportiva. E, no respectivo preâmbulo, consagra o princípio de que a Lotaria Popular, seja através de bilhetes, cupões ou de cartões, prossegue objectivos eminente sociais, razão porque, embora tenha carácter recreativo, segue um regime social específico.

Ora, é precisamente esse regime que se estabelece no presente diploma.

Assim:

O Governo manda, pelo Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, ao abrigo do Decreto-lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, que estabeleceu Regulamento dos jogos recreativos e sociais publicar o seguinte diploma:

Artigo 1.º **Objecto**

As presentes Regras Específicas estabelecem as normas de participação no jogo denominado por Lotaria Popular, que

consiste em sorteios de números organizados, nos termos da lei, pela concessionária.

Artigo 2.º **Lotaria Popular**

1. A Lotaria Popular é explorada sob a forma de emissões de bilhetes numerados para participação em sorteios de números, denominados por “extracções”.
2. Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:
 - a) «Agente», cada distribuidor ou revendedor contratualmente autorizado pela entidade concessionária a distribuir e recolher bilhetes da Lotaria Popular e a efectuar outros actos com estas relacionadas, na sua qualidade de mandatário dos jogadores bem como de proceder ao envio dos números dos bilhetes vendidos à entidade exploradora;
 - b) «Bilhete anulado», bilhete de Lotaria Popular considerado, nos termos deste Regulamento, sem validade, para efeitos de participação no jogo e na extracção;
 - c) «Bilhete desfigurado», qualquer bilhete de Lotaria Popular que tenha sido rasgado em duas ou mais partes ou que esteja parcialmente danificado, tornando assim impossível ou difícil a verificação da informação completa nele registada;
 - d) «Bilhete de Lotaria Popular», título de aposta, emitido em conformidade com as normas do presente Regulamento;
 - e) «Bilhete premiado», bilhete de Lotaria Popular cujo número for o que resultar na respectiva extracção de números com direito a prémios;
 - f) “Edição” ou “Concurso” de Lotaria Popular, cada série completa de operações e formalidades de jogo da Lotaria Popular a observar pela entidade exploradora, compreendendo todas as operações de preparação e lançamento do jogo, venda de bilhetes e participação dos jogadores no jogo, registo e controlo dos bilhetes vendidos e não vendidos, apuramento de resultados da extracção de números com direito a prémios e sua divulgação bem como o pagamento dos prémios ganhos aos jogadores premiados e transferência dos valores dos prémios abandonados;
 - g) «Entidade exploradora», entidade autorizada a explorar a Lotaria Popular, nos termos legais;
 - h) «Apostador», qualquer pessoa que adquira um ou mais bilhetes de aposta na Lotaria Popular, em conformidade com as normas do presente Regulamento;
 - i) «Lotaria Popular especial ou comemorativa” é uma Lotaria Popular em que a entidade exploradora, de acordo com as normas do presente Regulamento, leve a efeito por ocasião de certa data ou efeméride;
 - j) «Número de bilhete», numeração do bilhete de Lotaria

Popular representada por um código e dígitos impressos, de forma clara e inteiramente legível, na parte frontal de cada bilhete e que constitui o número com que o apostador se candidata a obtenção de prémio na Lotaria Popular;

- k) «Plano de prémios», a estrutura da constituição de tipos e valores de prémios previstos para atribuição aos jogadores cujos bilhetes forem premiados no acto da extracção de números com direito a prémios;
- l) «Prémio», importância a ser paga a um jogador que esteja na posse de algum bilhete cujo número tiver sido premiado, de acordo com o presente Regulamento;
- m) «Símbolo ou carimbo de autenticação», símbolo ou carimbo impresso no bilhete de Lotaria Popular para efeitos de certificação da autenticidade do bilhete pela respectiva entidade exploradora ou seu agente.

Artigo 3.º **Bilhetes**

1. Os bilhetes de Lotaria Popular são emitidos sob a forma de cadernetas ou blocos rigorosamente iguais com duplicado auto copiável, sendo o original destinado ao apostador e a cópia ao Agente do concessionário, adiante “o Agente”.
2. Os bilhetes da Lotaria Popular são numerados sequencialmente até ao número mais elevado da emissão e apresentam o aspecto constante do Anexo I.
3. Além das emissões de bilhetes, ordinárias e especiais ou comemorativas, podem ter lugar as emissões extraordinárias, a autorizar pelo Ministro em função do capital que se pretende obter, da quantidade de números a emitir, do preço e do valor dos prémios a atribuir.
4. Os bilhetes contêm obrigatoriamente, na frente, os seguintes elementos:
 - a) A modalidade de “Lotaria Popular”;
 - b) Identificação do Agente, com nome e número;
 - c) Número de série sequencial;
 - d) A data do preenchimento e entrega ao Agente autorizado pelo apostador;
 - e) A data da extracção;
 - f) As assinaturas e chancela ou carimbo do Agente autorizado;
 - g) Espaço com 5 colunas e 10 linhas, transversais, sendo as 4 primeiras colunas para o apostador inscrever os números de 4 algarismos que entender e a quinta coluna para inscrever o número multiplicador de apostas nesse número;
 - h) O total do preço ou custo das apostas do respectivo bi-

lhete, em dólares norte-americanos.

Artigo 4.º **Planos de emissões e prémios**

1. Compete à concessionária, para cada modalidade da Lotaria Popular, fixar trimestralmente:
 - a) O número de extracções para cada modalidade, ordinárias e especiais ou comemorativa;
 - b) O plano de emissão com o número de bilhetes a emitir para cada extracção;
 - c) O plano de prémios com a quantidade a atribuir no total da emissão e respectivos valores;
2. Os planos referidos no número anterior contêm os seguintes elementos:
 - a) Designação da modalidade de Lotaria Popular;
 - b) Data, hora e local da extracção;
 - c) Número de bilhetes da emissão e respectivas séries, se as houver;
 - d) Preço de venda ao público;
 - f) Quantidade, valor unitário e valor global dos prémios a atribuir.
3. Os planos de emissão e prémios da Lotaria Popular são assinados pelo representante máximo da concessionária e são publicados no Jornal da República, através do Ministério que tutela o turismo.
4. O local da extracção pode ser alterado por deliberação conjunta da concessionária e da Inspeção-Geral de Jogos (IGJ), previamente divulgada na comunicação social.

Artigo 5.º **Venda dos bilhetes**

Os bilhetes são disponibilizados gratuitamente ao público pelo Agente ou directamente pelo Concessionário, em número adequado e razoável.

Artigo 6.º **Colocação da Lotaria Popular no mercado**

Os bilhetes são colocados à disposição dos agentes e do público com, pelo menos, 5 dias de antecedência sobre a data do sorteio.

Artigo 7.º **Entrega e recolha das cópias dos bilhetes vendidos**

1. As cópias dos bilhetes vendidos são entregues pelos respectivos Agentes até às 17 horas do dia anterior ao da extracção ou sorteio, em caixas fornecidos pelo concessionário, na Sede do concessionário.

2. Imediatamente após o fecho da hora de entregas ou, pelo menos, até 5 horas antes da extracção, as caixas são depositadas e arrumadas numa sala própria, cuja porta é fechada com dois cadeados, sendo um da concessionária e outro da Inspeção-Geral de Jogos, ficando cada uma das chaves em poder das respectivas entidades.
3. Se na sala referida no número anterior houver janelas, as mesmas são obrigatoriamente gradeadas a ferro de modo a evitar a entrada de pessoas ou animais, a contento da IGJ.
4. A sala referida só será reaberta após realizada a extracção, conjuntamente pela concessionária e pela IGJ, para verificação dos bilhetes.

Artigo 8.º

Devolução dos bilhetes não vendidos

As devoluções dos bilhetes não vendidos devem ser efectuadas conjuntamente com as cópias e nas condições do número anterior, mas em caixas de cor diferente.

Artigo 9.º

Preço das apostas simples e múltiplas

1. O custo de cada aposta em cada número de 4 algarismos é de um dólar norte-americano.
2. Em cada multiplicação da aposta, o apostador paga um custo acrescido igual ao da primeira aposta.
3. O número de vezes que o jogador aposta no número constituído pelo grupo de 4 algarismos consta da quinta coluna e é inscrito na respectiva linha correspondente.
4. O apostador é livre de inscrever as apostas múltiplas que entender.

Artigo 10.º

Preço das apostas fraccionadas

1. Nesta modalidade, pelo preço de um dólar norte-americano, o apostador pode inserir 2, 3 ou 4 números de 4 algarismos mas, se acertar em algum deles, apenas ganha metade, um terço ou um quarto do prémio, respectivamente.
2. Neste tipo de apostas, deve ser claramente inserido na 5ª coluna a indicação de quais e quantos são os números abrangidos.

Artigo 11.º

Regras dos sorteios dos números

1. Na Lotaria Popular o sorteio realiza-se da seguinte forma:
 - a) Os bilhetes a sortear são numerados a 4 algarismos, pelo apostador;
 - b) A extracção dos algarismos que compõem o número sorteado far-se-á por meio de quatro esferas que, da esquerda para a direita, correspondem sucessivamente à ordem dos milhares, centenas, dezenas e unidades;

- c) Na tómbola metálica esférica certificada pela IGJ, serão introduzidas 40 bolas homogéneas, iguais em material, volume e peso, numeradas de 0 até 9, correspondendo a 4 bolas com o mesmo número;
- d) Terminado o ingresso de todas as bolas numeradas na tómbola, serão estas accionadas mediante comandos eléctricos ou manuais, de acordo com o equipamento utilizado, de modo que as bolas criem movimentos giratórios;
- e) Em dado momento, sairá uma bola pela única saída da tómbola;
- f) O número premiado será o que resultar da justaposição, em ordem decimal, da esquerda para a direita, dos algarismos inscritos nas quatro bolas saídas;
- g) A extracção de cada algarismo só se concretiza quando a respectiva bola sair completamente fora da esfera, não existindo antes desse momento;
- h) O funcionário que estiver a accionar a tómbola, tem de mostrar a bola extraída ao público e anunciar o respectivo número em voz alta.

2. Na extracção referente aos prémios de consolação, dentro de cada grupo de prémios de consolação, as sequências que vierem a repetir-se serão anuladas, procedendo-se a nova extracção.
3. O concessionário terá disponível e manterá em perfeitas condições pelo menos dois conjuntos de bolas numeradas, homogéneas, iguais em material, volume e peso, para cada mecanismo de extracção que utilize, dos quais um será usado em cada sorteio da Lotaria Popular.
4. Os conjuntos de bolas, nomeadamente o seu peso, são verificados regularmente pelo júri das extracções.
5. Os sorteios dos números premiados realizam-se na sala de extracções da Lotaria Popular, no dia e hora constantes dos planos de emissão e prémios, nos termos do artigo 4.º, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
6. A direcção da concessionária, por deliberação, pode decidir que as extracções da Lotaria Popular se realizem fora da sala de extracções, no local que indique, comunicando 3 dias úteis antes da mesma ter lugar à IGJ.
7. As operações da extracção realizam-se em acto público e são presididas pelo júri das extracções, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 12º

Número de sorteios

Para cada extracção terão lugar 23 (vinte e três) sorteios, na sequência seguinte:

- a) Primeiro prémio;
- b) Segundo prémio;

- c) Terceiro prémio;
- d) 10 Prémios de consolação (sorteio A), a \$USD 100 (cem dólares norte-americanos), cada;
- e) 10 Prémios de consolação, (sorteio B), a \$USD 50 (cinquenta dólares norte-americanos), cada.

Artigo 13º

Procedimentos do júri das extracções

1. O júri das extracções é constituído pelo Inspector-Geral dos Jogos, por um representante do Conselho de Administração da concessionária e por um terceiro cidadão convidado por acordo entre os dois referidos membros.
2. Dos actos das extracções é lavrada acta, que será assinada pelos membros do júri e por quem a redigir.
3. A acta mencionará, designadamente, todos os números sorteados e respectivos prémios, os factos e reclamações sobre que o júri se tenha pronunciado e as correspondentes decisões.
4. Em caso de impossibilidade de efectivação das extracções, estas serão adiadas pelo júri, que fundamentará a decisão na respectiva acta, onde constará obrigatoriamente a nova data, a hora e o local da extracção que serão anunciados por aviso afixado nos locais e meios de estilo e divulgados ao público em geral através dos meios de comunicação social.
5. A lista oficial de números premiados em cada extracção que também é assinada pelo júri das extracções, é distribuída e divulgada através dos mediadores dos jogos, pelos órgãos de comunicação social e por quaisquer outros meios julgados adequados.
6. Na lista oficial de números premiados constam todos os prémios.
7. Em caso de litígio entre o júri, o mesmo será inscrito na acta e decidido pelo Ministro da Tutela.

Artigo 14º

Números premiados – prémios

1. Os prémios são de dois tipos, correspondendo a 2 sorteios:
 - a) *Prémios principais*, os que acertaram nos quatro algarismos sorteados, nas respectivas extracções para o 1.º, 2.º e 3.º prémios;
 - b) *Prémios de consolação*, os que acertarem nos 4 algarismos do respectivo sorteio, em que serão extraídas 10 (dez) séries de números de 4 algarismos para o sorteio A e outras 10 (dez) séries de números de 4 algarismos para o sorteio B.
2. Os prémios principais são atribuídos aos apostadores do modo seguinte:
 - a) 1º Prémio – aos apostadores que acertarem nos 4

números sorteados, isto é, em todos os números que inscreveram, pela respectiva ordem, milhar, centena, dezena e unidade;

b) 2º Prémio – aos apostadores que acertarem nos 4 números sorteados, isto é, em todos os números que inscreveram, pela respectiva ordem, milhar, centena, dezena e unidade;

c) 3º Prémio – aos apostadores que acertarem nos 4 números sorteados, isto é, em todos os números que inscreveram, pela respectiva ordem, milhar, centena, dezena e unidade.

3. Nos termos do artigo 12.º, o valor dos prémios de consolação serão fixados em \$USD 100 (cem dólares norte-americanos) para o sorteio A, e em \$USD 50 (cinquenta dólares norte-americanos) para o sorteio B, salvo autorização de valores diferentes, a outorgar pelo Ministro, a requerimento da concessionária, caso a caso.

Artigo 15º

Distribuição das receitas para prémios

1. A parte de receitas destinada aos prémios, o cálculo da contribuição social, imposto e demais encargos são os consagrados no Decreto-lei n.º 6 /2009, de 15 de Janeiro.
2. A percentagem da contribuição social (CS) é de 15% sobre o total de bilhetes vendidos, após o desconto da parte reservada para o pagamento de cada prémio, estando esta sujeita ao pagamento de imposto sobre prémios de jogo de 10%.
3. Da verba correspondente à receita bruta directamente resultante da venda dos bilhetes, a percentagem reservada para o pagamento de cada prémio é de 40%, sujeito a 10% de imposto
3. A determinação do montante da CS é calculada a partir da seguinte forma, tomando por base \$100 de bilhetes vendidos:
 - a) Dos \$40 destinado a prémios, desconta-se o imposto fiscal sobre prémios de jogo: $\$40 \times 10\% = \4 , a reter na fonte, recebendo os ganhadores \$36;
 - b) Dos \$100 do resultado da venda dos cartões descontam-se os \$40 da parte reservada a prémios, já incluído o imposto: $\$100 - 40\% = \60 ;
 - c) Sobre os \$60 obtidos, aplicam-se 15%, resultando \$9 de CS por cada \$100 de cartões vendidos.
4. O montante que resultar do cálculo é arredondado, para cima, à dezena de centavos.
5. Em caso de dúvida, aplica-se o Decreto-lei que aprovou o Regulamento dos Jogos Recreativos e Sociais.

Artigo 16º

Reclamações

1. O público presente nos actos das extracções da Lotaria

Popular pode reclamar para o júri, verbalmente, contra qualquer aspecto que repute irregular.

2. O júri, atenta a reclamação, decide imediatamente e em definitivo, podendo, se assim o entender, solicitar que a mesma seja formulada por escrito, tudo ficando a constar da respectiva acta.
3. Da decisão do júri das extracções ou das decisões relativas a pagamento de prémios cabe recurso para o Ministro da Tutela, devendo tal recurso ser apresentado na Inspeção-Geral de Jogos, para efeitos de informação e parecer prévios.

Artigo 17.º

Policimento do local dos sorteios

1. O local das extracções será devidamente policiado pela autoridade competente, a custos da concessionária.
2. Os agentes da autoridade comparecem no local da extracção trinta minutos antes da hora marcada para o início do mesmo, retirando-se quando o presidente do júri das extracções o determinar.

Artigo 18.º

Pagamento dos prémios

1. Os prémios são pagos contra a apresentação do bilhete original, após o sorteio, nos balcões da concessionária, no horário a fixar, das 8 horas às 15 horas dentro dos 30 dias seguintes ao da extracção e são da inteira responsabilidade da concessionária.
2. O pagamento dos prémios pode também ser feito pelos agentes após confirmação pela lista oficial, os quais suportarão os riscos inerentes, ou mediante depósito na conta indicada à concessionária pelo portador do bilhete premiado.
3. Os vencedores dos prémios principais devem obrigatoriamente passar recibo, identificando-se.
4. Os bilhetes que apresentem uma impressão defeituosa ou se encontrem deteriorados, só serão pagos, de acordo com o plano de prémios, depois de se confirmar a autenticidade do título e a existência de prémio, dentro do prazo máximo de 15 dias.
5. A boa conservação dos bilhetes, de modo a poderem ser lidos correctamente é da inteira responsabilidade dos apostadores, sendo que em caso de litígio, o júri da respectiva extracção decidirá.

Artigo 19.º

Identificação dos portadores dos títulos

1. A identificação do apresentante das fracções premiadas, que compõem o respectivo bilhete, será exigida quando tenha existido participação de perda, extravio, furto ou roubo, efectuada nos serviços da concessionária.
2. O objectivo da identificação restringe-se às informações a

prestar às autoridades e não pode ser usada para fim diverso.

Artigo 20.º

Caducidade

1. O direito aos prémios da Lotaria Popular caduca 30 dias após o sorteio dos números.
2. Os prémios não reclamados revertem a favor da entidade prevista no Decreto-lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, a quem cabe a gestão da contribuição social.

Artigo 21.º

Proibição de venda de bilhetes

É proibida a venda e a aceitação de bilhetes a partir das 17 horas do dia que antecede a extracção dos números premiados, sob pena de nulidade e de instauração de processo de averiguações pela IGJ.

Artigo 22.º

Fraudes e conflitos

1. A prática de actos fraudulentos com vista ao recebimento de prémios, nomeadamente a falsificação de bilhetes ou suas fracções, será objecto de participação, para efeitos de procedimento criminal, nos termos legais.
2. As irregularidades cometidas pelos jogadores, ou pelos agentes ou mediadores dos jogos da concessionária no exercício das suas funções, bem como quaisquer danos daí resultantes para aqueles, não podem ser imputados à concessionária da Lotaria Popular, salvo fortes indícios de conluio.
3. A concessionária da Lotaria Popular e a Tutela não intervêm em eventuais conflitos entre jogadores que adquiram bilhetes ou fracções em comum, nomeadamente para efeito de pagamento de prémios.

Artigo 23.º

Subsidiariedade e casos omissos

1. Os casos omissos e as dúvidas resultantes da aplicação do presente Regulamento serão resolvidos pelo membro do Governo da tutela, devendo a questão ser apresentada na Inspeção-Geral de Jogos, para efeitos de informação e parecer prévios.
2. Em caso de conflito normativo entre o presente Regulamento e o diploma que aprovou o Regulamento dos Jogos recreativos e Sociais, prevalece este último que se aplica subsidiariamente.

Artigo 24.º

Conservação de documentos

Todos os documentos inerentes a todo o processo de exploração de cada extracção da Lotaria Popular são conservados em arquivos durante um período de 2 anos contados a partir da data do termo de reclamação e levantamento de prémios.

Artigo 25.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal da República.


Díli, 8 de Abril de 2009

O Ministro do Turismo, Comércio e Indústria,

DR. Gil da Costa A. N. Alves

ANEXO I

Conforme artigo 3º do Regulamento da Lotaria Popular

LOTARIA POPULAR	
Data e hora de entrega	
1 - Janeiro - 2009	00:00
N.º de Série (000000)	
Sorteio N.º (000)	
Total \$	Total Apostas:
Agência N.º (xxxx) Distrito	
 (Carimbo)	

Diploma Ministerial N.º 2 / 2009
de 8 de Abril de 2009

Aviso Público

Candidaturas para uma Concessão do jogo de lotarias

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, a exploração de lotarias está sujeita ao regime de concessão precedida de concurso público, aberto a todos os candidatos, nacionais e estrangeiros.

Através do presente Aviso, pretende-se esclarecer os poten-

ciais interessados e abrir o processo de candidaturas a essa concessão.

Estão excluídos da presente Concessão, a exploração de casinos e de jogos de máquinas de diversão, bem como de jogos em salas, com prémios em fichas ou em moedas.

O presente diploma ministerial pressupõe ainda o subsequente licenciamento e sujeição ao pagamento sucessivo do imposto sobre prémios do jogo e das taxas de licenciamento e exploração dos jogos sociais.

Assim:

O Governo manda, pelo Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, ao abrigo das disposições legais acima identificadas, publicar o seguinte Aviso:

1. Princípios gerais do regime de concessão

Nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, o direito de explorar jogos recreativos e sociais incluindo as lotarias, é reservado ao Estado e só pode ser exercido por empresas constituídas sob a forma de sociedades a quem o Governo adjudicar a respectiva concessão mediante contrato administrativo público.

A actividade a concessionar, compreende:

A exploração de jogos de lotarias, também conhecidos por “loto” e outras designações e variantes regionais, e jogos afins, através de bilhetes, cupões ou cartões, em estabelecimentos ou ambulante, com prémios em dinheiro em todo o território nacional. O Governo reserva o direito a abrir concurso para mais uma concessionária do mesmo ramo e com o mesmo objectivo e termos, ao abrigo do disposto no artigo 4º, nº 2 do citado Decreto-Lei n.º 6/2009.

2. Prazos e requisitos de admissão de candidaturas

2.1 As sociedades interessadas apresentam as candidaturas através de proposta em carta fechada, dirigida ao Ministro do Turismo, Comércio e Indústria – Edifício Fomento – Díli – Timor-Leste, até ao (30º) trigésimo dia seguinte ao da publicação do presente diploma no Jornal da República ou nos jornais, prevalecendo o que tiver lugar mais tarde.

2.2 Os concorrentes têm o direito de estar presentes no acto de abertura das propostas e exclusão liminar dos candidatos que não preencham os requisitos legais, pelo Júri.

2.3 As sociedades candidatas devem ter um capital social mínimo de \$USD 100 mil, bem como um saldo bancário permanente não inferior a \$USD 250 mil, podendo o Ministro autorizar uma garantia bancária irrevogável, de valor equivalente ao do referido saldo.

2.4 Os sócios administradores, gerentes ou membros de qualquer dos órgãos sociais devem demonstrar, por certidão que não foram condenados pela prática de crimes em Timor-Leste.

2.5 As sociedades candidatas devem juntar declaração, assinada pelo seu administrador principal, onde conste que tomaram conhecimento de todos os seus direitos e deveres, consagrados no Decreto-Lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, principalmente os artigos 10º a 13º, 23º, 26º e seguintes.

2.6 As sociedades candidatas devem ainda apresentar prova, no pedido de admissão ao concurso e para além da identificação completa da sociedade e de todos os sócios administradores e cópia dos estatutos:

- a) Que nunca foram excluídas de concursos públicos por ilicitude ou fraude;
- b) Que não são devedores de impostos ou de outros créditos ao Estado;
- c) Indicação da localização da sede e acervo dos eventuais bens afectos à concessão;

3. Duração e licenciamento

3.1 A concessão é válida pelo período de 4 anos. Assinado o contrato de concessão, considera-se concedido o respectivo licenciamento para o primeiro ano, embora sem dispensa do pagamento das respectivas taxas. O exercício das actividades concessionadas da exploração de lotarias depende, também, de licenciamento anual.

3.2 Não serão licenciados locais de extracção e sorteio de lotarias e outros jogos sociais nem recintos de luta de galos nos seguintes casos:

- a) Em partes ou anexos de edifícios em que funcionem serviços públicos sob a administração directa ou indirecta do Estado;
- b) Sem aprovação prévia do Serviço de Bombeiros e da Inspeção-Geral de Jogos, em qualquer caso, incluindo vistorias à instalação eléctrica e de águas e gás;
- c) Sem que disponham de instalações sanitárias, separadas por sexos, no caso de recintos fechados;
- d) Sem que disponham, além da porta de entrada, de uma saída de emergência, no caso de recintos fechados;
- e) Não disponham de aparelhagem de som ou audiovisual satisfatória para garantir a clareza de anúncios de prémios e de números sequencialmente extraídos;
- f) Não garantam pessoal de segurança durante todo o período de funcionamento e uma hora após o encerramento;
- g) Sem afixação do anúncio obrigatório da proibição de consumo de bebidas alcoólicas.

3.3 A licença pode ser revogada quando o seu titular faltar ao cumprimento dos deveres relativos ao exercício da actividade, nomeadamente, mas não apenas, quando:

- a) Não cumprir, sem motivo justificado as determinações e prazos impostos pelas autoridades legalmente competentes;
- b) Violar reiteradamente o cumprimento das disposições legais e as normas técnicas aplicáveis ao exercício da actividade licenciada.
- c) Não começar a exercer a actividade no prazo estabelecido ou a interrompa sem ter sido autorizado pelo Ministro.

4. Conteúdo das propostas para a exploração de lotarias

Os elementos e planos a propor pelos concorrentes devem conter, além da identificação completa da sociedade e de todos os sócios administradores, bem como dos estatutos, os seguintes dados:

- a) Plano de Actividades para os primeiros 2 anos e respectiva justificação, sob o ponto de vista do interesse para o turismo, das obras e melhoramentos programados;
- b) Prioridades a ter em conta na sua execução;
- c) Prazo de início de actividade;
- d) Número de postos de trabalho previsíveis, especificados por nacionais e estrangeiros;
- e) Do local proposto para a extracção dos números da lotaria e número de lugares sentados e em pé;
- f) Disponibilidade para prestar a caução de seriedade, de montante a definir no Aviso de concurso, até ao quinto dia anterior ao previsto para a assinatura do contrato.

5. Caução para admissibilidade ao Concurso

5.1 A caução é de \$USD 25 mil e deve ser prestada através de depósito, constituído em qualquer Banco situado em Díli, à ordem do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria. O depósito referido pode ser substituído por garantias bancárias ou seguros-caução irrevogáveis, mediante pedido justificado, dirigido ao Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, considerando-se deferido se não for proferida decisão no prazo de 7 dias úteis.

5.2 A caução será restituída aos concorrentes aquando da adjudicação definitiva.

5.3 Constituem fundamento da perda da caução:

- a) A não outorga do contrato de concessão no prazo previsto no artigo anterior, quando imputável ao adjudicatário;
- b) A prestação de falsas declarações pelos concorrentes.

6. Critérios de adjudicação e Júri

6.1 A decisão de adjudicação é tomada tendo em conta a

idoneidade dos concorrentes, a exequibilidade das propostas, as garantias financeiras oferecidas e as vantagens que à luz do interesse público ofereçam, conforme dispõe o artigo 19º do Decreto-Lei n.º 6/2009.

6.2 O Júri é composto pelo Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, que preside, pelo Inspector-Geral dos Jogos e pela Directora-Geral do Ministério da Tutela.

7. Adjudicação e Cessão da posição contratual pelo adjudicatário

7.1 A adjudicação é formalizada em contrato público, em que outorga o Ministro e o representante legal do adjudicatário, a celebrar no prazo máximo de 30 dias a contar da data da publicação do despacho de adjudicação.

7.2 A Concessionária obriga-se a cumprir os Regulamentos das Lotarias e as Instruções de exploração referidas no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 6/2009.

7.3 A transferência para terceiros da concessão de exploração de lotarias e das actividades que constituem obrigações contratuais, sob qualquer forma, pode ser permitida mediante autorização do Ministro, o qual poderá exigir novas obrigações ao adquirente.

7.4 A cessão de posição contratual sem observância do disposto no número anterior é nula e constitui fundamento para inibir o concessionário faltoso de se candidatar a futuros concursos de jogos.

8. Disposições finais

8.1 O presente Aviso é publicado em português e em inglês, prevalecendo a versão portuguesa em caso de dúvida ou conflito.

8.2 A presente concessão segue subsidiariamente os regimes do aprovisionamento e da contratação pública estabelecidos nos Decretos-Leis n.ºs 10 e 11/2005.

Díli, 8 de Abril de 2009

O Ministro do Turismo, Comércio e Indústria,

Gil da Costa A. N. Alves

RELATORIU REZULTADU APRESIASAUN & VALIDASAUN KONTAS HOSI PARTIDU POLITIKU SIRA HO ASENTU-PARLAMENTAR, BA ANU-FISKAL 2008

INTRODUSAUN

A. KONTESTU

Iha Anu-Fiskal 2008, Estadu Timor-Leste, liu hosi IV Governo Constitucional, aloka orsamentu ho kuantia dolar amerikanu millaun ida, ne'ebe integradu iha orsamentu CNE nian (liña subvensaun publika), ba Partidu Politiku sira ho asentu-parlamentar. Iha Partidu Politiku sira hamutuk sia mak hetan asentu-parlamentar, hanesan:

1. Partido Associação Social-Democrata Timorese (**ASDT**)
2. Partido Congresso Nacional de Reconstrução de Timor-Leste (**CNRT**)
3. Partido Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (**FRETILIN**)
4. Partido Klibur Oan Timor As'wain (**KOTA**)
5. Partido Democrático (**PD**)
6. Partido do Povo de Timor (**PPT**)
7. Partido Social Democrata (**PSD**)
8. Partido Unidade Nacional (**PUN**)
9. Partido Unidade Nacional Democrática da Resistência Timorese (**UNDERTIM**).

Partidu Politiku sira ne'e apresenta sira nia kontas ba CNE iha períudu determinadu hosi lei, ekseptu KOTA. Partidu temin ikus ne'e hetan suspensaun ba nia subvensaun publika, tamba problema internal, no foin hetan iha Fulan-Dezembre 2008 nia rohan. Nia foin apresenta ninia kontas ba CNE iha loron 31 Fulan-Marsu, tinan 2009, no CNE sei halo hela apresiasaun ba nia kontas.

Lei no. 6/2008, Regime Juridico do Financiamento dos Partidos Políticos, hatur prinsipiu sira kona-ba akuntabilidade ne'ebé Partidu Politiku sira tenki halo tuir, hanesan tuir mai ne'e.

Artigo 3. Organização Contabilística.

1. Os partidos políticos devem possuir contabilidade organizada, de modo que seja possível conhecer a sua situação financeira e verificar o cumprimento das obrigações previstas na lei.
2. A organização contabilística dos partidos políticos deve obedecer às regras gerais de contabilidade e conter especialmente:
 - a) O inventário anual do património do partido quanto a

bens e móveis sujeitos a registo;

- b) A discriminação das receitas por categoria;
- c) A discriminação das despesas com base nas seguintes categorias:
 - i. Despesas com pessoal;
 - ii. Despesas com aquisição de bens e serviços
 - iii. Encargos financeiros com empréstimos;
 - iv. Outras despesas com as actividades do partido político.
- d) A discriminação das operações de capital referentes a :
 - i. Investimentos
 - ii. Devedores e credores

Lei no. 3/2004, konaba Partido Politico sira, hatur mos prinsipi sira kona-ba finansimentu Partidu Politiku sira nian, liu husi artigu sira hanesan tuir mai ne'e.

Artigo 25, Regime Financeiro. “Os partidos politicos devem possuir contabilidade organizada, de modo que seja possível conhecer a sua situação financeira e verificar o cumprimento das obrigações previstas na lei”.

Artigo 27, Organização Contabilística. A organização contabilística dos partidos politicos deve obedecer às regras gerais de contabilidade saudável e conter especialmente:

- a) O inventário anual do património do partido quanto a bens e móveis sujeitos a registo;
- b) A discriminação das receitas que inclui as previstas no artigo 20 (fiscalização interna);
- c) A discriminação das despesas com base nas seguintes categorias:
 - i. Despesas com pessoal;
 - ii. Despesas com aquisição de bens e serviços
 - iii. Encargos financeiros com empréstimos;
 - iv. Outras despesas com as actividades do partido político.
- d) A discriminação das operações de capital referentes a :
 - i. Investimentos
 - ii. Devedores e credores

Lei no. 6/2008 ezize atu Partidu Politiku sira apresenta kontas

ordinariamente ba CNE.

Artigo 13, Apresentação ordinária das contas.

1. Apresentação discriminada das contas dos partidos politicos, nos termos do artigo 3, é devida ordinariamente até 45 dias antes do fim do ano financeiro, acompanhada do parecer do órgão estatutariamente competente para o efeito.
2. A competência para apreciação e validação das contas apresentadas pelos partidos politicos é da CNE, que para esse efeito é coadjuvada por auditores próprios ou contratados.

Ba âmbito implementasaun Lei no. 6/2008 ne'e, CNE hasai ninia Resolução no. 3/2008, Arrecadação, Aplicação de Recursos e Prestação de Contas dos Partidos Politicos, ne'ebé publika sai iha Jornal da Republica Série I, nº. 41, lora fo sai, Segunda-Feira, 10 de Novembro de 2008, hodi hatur prosedimentu tekniku sira kona-ba apresentasaun kontas hosi Partidu Politiku sira ba CNE.

Lei no. 6/2008, liu hosi artigu 13.2, hatur katak CNE, ho apoiu tekniku hosi auditor (kontratadu) sira, sei halo apresiasaun no validasaun ba kontas Partidu Politiku sira nian.

Bazeia ba ne'e, iha lora 3 Fulan-Fevereiro 2009, CNE halo Termos de Entendimento ho auditor sira atu halo apresiasaun ba kontas.

Hosi rezultadu apresiasaun ba kontas sira ne'e, PPT nia kontas CNE rejeita, tamba la kumpri tuir formalidade sira mak hatur iha Lei no. 6/2008 no Rezolusaun CNE no. 3/2008.

Resumo hosi rezultadu apresiasaun no validasaun hosi kontas Partidu Politiku sira ida-idak ninian bele hare tuir mai.

B. SASUKAT SIRA

Objektivu auditoria mak atu analiza asersaun (*statement*) signifika ne'ebe relaciona ho tranzaksaun no saldu siklu gastu sira. Objektivu auditoria determina bazeia tuir lima kategoria asersaun relatoria hanesan tuir mai ne'e:

1. Asersaun existencia no insidentil

Relaciona ho asersaun iha no insidentil, auditor salienta liu ba saida debitu no ativu existencia loloos ba data *neraca*. Iha parte seluk, asersaun ne'e mós salienta ba saida hotu tranzaksaun gastus partidu hanesan kompra no gastus deskontar ne'ebe hakerek la'os jestaun nia maneira. Tuir mai ne'e detaille sira konaba asersaun ezistencia no insidentil: dever hakerek tuir kuantia ne'ebe hanesan dever partidu ba data *neraca*, *ativa* permanente, hakerek tuir ativa ne'ebé bele uja ba data *neraca*, tranzaksaun kompra hakerek tuir sasan no servisu ne'ebé simu durante periodu hala'o peritajen, gastu deskontar (*kas*) hakerek tuir selu ne'ebe halo durante periodu refere.

2. Asersaun ou afirmasaun kompletamentu

Asersaun ne'e salienta liu konaba tranzaksaun tomak no saldu ne'ebé loloos hatama iha relatoriu finansa hakerek tiha ona no fó sai tiha ona. Tuir mai detalhe sira objetivu auditoria (peritajen) asersaun kompleta: kuantia hotu ne'ebe akontese sai nu'udar obrigasaun partidu ba parte tolu ba data *neraca* tama ba tusan, saldu ativa permanente no sasan uja hotu ona fó influencia tranzaksaun hotu no akontesimentu, kompra no gastu sira deskontar (*kas*) fó influencia tranzaksaun hotu ne'ebé akontese.

3. Asersaun direitu no dever

Iha relasaun ho asersaun ne'e, ekipa auditor sira esforsu hate-bes saida entitasaun iha direitu soin ne'ebé legal tuir ativu permanente no dever ne'ebé hakerek. Tuir mai detalhe sira objetivu peritajen asersaun direitu no dever: tusan mak dever legal partidu ba data *neraca*, partidu iha direitu ba ativu permanente hotu no inventorial sasan uja hotu ba data *neraca*.

4. Asersaun valorizasaun no alokasaun

Relasiona ho asersaun valorizasaun, auditor sei esforsu atu hetan evidencia konaba gastu, tusan no ativu permanente ne'ebé fó sai ona iha relatoriu finansa ho total ne'ebé pontual. Auditor sei buka tuir saldu refere ne'ebé hetan valorizasaun objetivu. Tuir mai detalhe sira peritajen asersaun valoriza no alokasaun hanesan: tusan determina ou fó valor ba total ne'ebé pontual tuir total ne'ebé tenke selu, ativu permanente ekipamentu no determina ou fó valor tuir deskontar (*kas*) hamenus akumulasaun depresiasaun.

5. Asersaun relatoriu no espresaun

Aleinde hetan evidencia konaba asersaun dahaat refere iha leten, auditor persija halibur evidencia konaba saida tranzak-saun no saldu ne'ebé hakerek pontual atu klasifika, esplika no espresa iha *neraca*. Tuir mai ne'e detalhe sira peritajen asersaun kompletu no espresaun: tusan no ativu permanente ne'ebé pontual identifika no klasifika iha *neraca*, espresaun hala'o maneira pontual tuir metodu depresiasaun ne'ebe uja husi partidu.

Kna'ar ne'ebé auditor uja ba prosedimentu hirak satan atu he-tan evidencia ne'ebé persija atu hetan objetivu espesífiku peritajen refere, mak hanesan; autorizasaun ne'ebé kompletu hane-san tuir mai ne'e: satan ne'ebé efektivu tuir atividade gastu insiste katak kompra sei bele hala'o karik halo autorizasaun ne'ebé maka los. Gastu hotu hahú husi divizaun ne'ebé persija no aseita husi direitur departementu ne'ebe refere. Autorizasaun ho kondisaun ne'ebé variasaun diak gastu mesmu espesie. Ho nune'e persija fó espesie tuir klaru prosidementu ne'ebé hakerek.

C. BASE LEGAL SIRA

Auditor sira sei hala'o sira nia funsaun bazeia ba Kontratu Servisu Auditoria hosi CNE, 03 Feb. 2009 ho base legal sira hanesan tuirmai ne'e:

1. Lei N^o 3/2004, 14 Abril 2004 konaba Partidu Polítiku sira;
2. Lei N^o.6/2008, 16 Abril 2008 konaba Rejimi juridiku finansimentu partidu polítiku sira;
3. Resolusaun CNE N^o.3/2008, Regulamentu konaba Arrekadasaun, Aplikasaun Rekursu no Prestasaun Konta Partidu Polítiku sira;
4. Guia ba Auditor : Ezame tékniku Prestasaun Konta sira;

IZAME TÉKNIKU KONABA DOKUMENTU SIRA

A. IDENTIFIKASAUN DOKUMENTU SIRA

Molok atu hahú halo evalusaun konaba relatoriu ne'ebé hato'o mai husi partidu sira, ekipa auditoria uluk nana'in sei halo identifikasaun konaba dokumentu sira ne'ebé mai husi partidu sira ho kriteria kompletu ou inkompletu.

Tabela 1
Check list konaba dokumentu sira

Nú	Partidu	Relatoriu Reseita	Relatoriu Despeza	Resibu Reseita	Resibu Despeza	Bank Statement	Kriteria
1	ASDT	V	V	-	V	V	inkompletu
2	CNRT	V	V	V	V	V	kompletu
3	FRETILIN	V	V	V	V	V	kompletu
4	KOTA	-	-	-	-	-	-
5	PUN	V	V	-	V	V	inkompletu
6	PPT	V	V	-	V	V	inkompletu
7	PSD	-	-	-	V	V	inkompletu
8	PD	V	V	-	V	V	inkompletu
9	UNDERTIM	V	V	-	V	V	inkompletu

Dokumentu sira ne'ebé partidu haruka mai CNE wainhira ekipa auditoria halo identifikasaun hetan dokumentu hirak ne'ebé hanesan temi iha tabela 1. Maioria dokumentu sira partidu nian kompletu tanba resibu reseita seluk aleinde reseita husi Subvensaun Públika só partidu CNRT ho Fretilin mak iha ne'ebé hetan husi kuotas membru sira.

Dokumentu sira ne'ebé partidu haruka mai CNE barak mak la kompletu no iha diferenza entre relatoriu no resibu. Tanba ne'e mak ekipa halo oráriu atu ba Sede partidu sira hodi buka tuir dokumentu hirak ne'ebé la kompletu no atu verifica ka klarifika dúvida sira ne'ebe iha relatoriu sira ne'e.

B. 1. KONDISAUN ORSAMANTU PARTIDU SIRA TO'O 27 NOVEMBRU 2008 (Tuir Relatoriu ne'ebé hato'o mai CNE)

Tabela 2
Reseita Sira Partidu nian

		KATEGORIA RESEITA SIRA													
		Saldo hosi exersisiu				Finansiamentu									
Nú	Partidu	KATEGORIA DESPEZA SIRA												Total	
		Despeza ba Pesoa		Bens i Servisu		Encargos Emprestimo		Atividade Partidu		Seluk-seluk		Total			%
		\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%		
		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24		12
1	ASDT	\$ 19,395.00	25%	\$56,558.06	73%	\$ -	0%	\$ 673.25	1%	\$ -	0%	\$ 76,626.31	99%	\$5.08	100%
2	CNRT	\$23,006.00	7%	\$20,882.00	6%	\$ 22,634.55	7%	\$ 18,378.60	6%	\$ 135,715.32	42%	\$ 220,616.47	68%	\$6.15	100%
														\$6.58	100%
	5	PUN	\$ -	0%	\$ 4,000.00	8%	\$ -	0%	\$ 46,243.64	92%	\$ 50,243.64	100%			
	6	PPT	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 15,384.62	100%	\$ 15,384.62	100%			
	7	PSD	\$ 21.00	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 92,307.70	100%	\$ 92,328.70	100%			
	8	PD	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 123,076.90	100%	\$ 123,076.90	100%			
	9	UNDERTIM	\$ 300.00	1%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 30,769.24	99%	\$ 31,069.24	100%			0%

Tabela 3
Despeza sira Partidu nian

3	FRETILIN	\$ 2,305.00	1%	\$ 78,050.20	22%	\$ -	0%	\$ 135,320.66	38%	\$ -	0%	\$ 215,675.86	61%
4	KOTA	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%
5	PUN	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 1,942.50	4%	\$ -	0%	\$ 1,942.50	4%
6	PPT	\$ 324.00	22%	\$ 5,808.30	38%	\$ -	0%	\$ 7,635.00	50%	\$ -	0%	\$ 16,767.30	109%
7	PSD	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 33,680.00	36%	\$ -	0%	\$ 33,680.00	36%
8	PD	\$ 39,171.35	32%	\$ 8,289.52	7%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ -	0%	\$ 47,460.87	39%
9	UNDERTIM	\$ 5,460.00	18%	\$ 1,800.00	6%	\$ -	0%	\$ 6,500.00	21%	\$ -	0%	\$ 13,760.00	44%

Tabela 4
Saldo Relatoriu no Saldo Banku Partidu nian

Nú	Partidu	Saldo Relatoriu		Saldo Banku
		\$	%	\$
		25	26	27
1	ASDT	\$ 796.77	1%	\$ 3,559.53
2	CNRT	\$ 103,949.68	32%	\$ 96,226.75
3	FRETILIN	\$ 139,590.72	39%	\$ 139,575.42
4	KOTA	\$ -	0%	\$ -
5	PUN	\$ 48,301.14	96%	\$ 44,230.48
6	PPT	\$ (1,382.68)	-9%	\$ 20.00
7	PSD	\$ 58,648.70	64%	\$ 41,768.70
8	PD	\$ 75,616.03	61%	\$ 66,826.00
9	UNDERTIM	\$ 17,309.24	56%	\$ 21,268.82

2. BALANSU PATRIMONIU PARTIDU SIRA (Tuir relatoriu ne'ebé hatama mai CNE)

Tabela 5
Patrimoniú Partidu sira

Nú	Partidu	Bens Imoveis			Bens Moveis				TOTAL
		Terra (Rai)	Konstrus aun/ Edifisiu	Sub-Total	Equipament os	Meios de Transporte e Máquina	Estoque	Sub-Total	
		\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	ASDT	\$ 1,600.00	\$ -	\$ 1,600.00	\$ 3,300.25	\$ 35,220.00	\$ 320.00	\$ 38,840.25	\$ 40,440.25
2	CNRT	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
3	FRETILIN	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 4,806.50	\$ 39,000.00	\$ 2,180.00	\$ 45,986.50	\$ 45,986.50
4	KOTA	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
5	PUN	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 5,135.00	\$ 8,250.00	\$ -	\$ 13,385.00	\$ 13,385.00
6	PPT	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
7	PSD	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
8	PD	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 13,071.50	\$ 44,600.00	\$ -	\$ 57,671.50	\$ 57,571.50
9	UNDERTIM	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 3,100.00	\$ 8,200.00	\$ -	\$ 11,300.00	\$ 11,300.00

Nota: Patrimoniú Partidu CNRT no PPT iha, ne'ebé hakerek deit ninia kuantidade maibe ninia valor orsamentu la hakerek. Só PSD mak la iha

A. VERIFIKASAUN DOKUMENTU SIRA ENTRE RELATORIU ANNUAL HO RESIBU SIRA

Iha tabela sira tuir mai ne'e, sei hatudu faktus sira ne'ebé la hanesan entre relatoriu no resibu ou iha evidensia ne'ebé irregularidade no la tuir termos referencia Lei Nú.6/2008 no Rezolusaun CNE Nú.3/2008 ka norma jeral sira iha kontabilidade nian.

1. ASDT

**Tabela 6
Observasaun Faktus no Rekomendasaun sira**

Nú.	Faktus sira	Observasaun sira/Regra sira	Rekomendasaun sira
RESEITA	NB: Faktus sira iha tabela 6, Partidu prezenta ona sira nia apresiasaun konaba justifikasaun raktus ba sirkuntansia sira ne'ebé partidu hetan. Partidu rekuñese sira nia frakeza ho razaun ne'ebé oioin hanesan iha karta ne'ebé mak haruka mai CNE ho Nú.20/		
1	Resibu Banku/ledger fee la kontanuda Despeza (\$ 2,50)	Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º no ita legalidade no transparensia	Wainhira fundu banku prestos ba sira, membru sira nia legalidade no transparensia
DESPEZA	2. CNRT	dokumentu ne'e la hatudu ka la verifika tuir regra despeza	ninia resibu original
2	Depeza Banku/ledger fee la kontanuda Despeza (\$ 2,50)	Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º no ita legalidade no transparensia	Wainhira fundu banku prestos ba sira, membru sira nia legalidade no transparensia
DESPEZA		artigu 13.º nú.4 no 5	2. TENKI hetan autorizasaun tuir
3	Autorizasaun verbal deit	Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º	Tanba montante bo'ot, ne'eduni TENKI iha
2	• Kontratu Aluga Uma ba Sede iha Distritu la iha, Iha resibu partidu la	Tuir Resolusaun N.º 3/2008, artigu 13.º nú.4 no 5	Wainhira fo'osan ba responsavel eskrita (tabelo autorizasaun verbal) distritu para atu selu sede TENKE iha kontratu entre responsavel distritu no uma
4	Montante relatoriu konaba hanesan ho Resibu	1. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º no ita legalidade no transparensia	Hakerek montante TENKI hanesan entre relatoriu ho resibu tanba nimia impaktu sei mosu iha Saldu.
	• Resibu/asinatura uma na'in la iha.	2. Tuir Lei N.º 6/2008, konaba Rejime Juridiku Finansiamentu partidu politiku sira no iha, artigu 2.º katak la iha legalidade no transparensia	5. Persoja ekipa fiskalizaun interna partidu nian atu servisu maximu.
5	Relatoriu ba atividade partidu la iha tanba montante bo,ot.	Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º no ita legalidade no transparensia	Kuandu montante orsamentu ba atividade ida bo'ot TENKI iha relatoriu ba atividade ne'e inklui mos nia orsamentu.

3	Montante resibu hakerek hanehan malu/ <i>tumpun tindih</i> (konsumu, perlengkapan, manutensaun)	1. Tuir Resolusaun N.º 3/2008, artigu 13 nú 4 no nú 6 katak dokumentu ne'e lahatutu ou laverifika tuir regra despeza kontabilidade nian. 2. Tuir Lei N.º 6/2008 konaba rejime jurídku finansiamentu partidu polítiku sira no iha, artigu 2.º katak laiha legalidade no transparensia	1. Wainhira fo iha resibu ne'ebe maka ho letra hanehan malu TENKE husu konfirmasaun. 2. TENKI hadia jestaun administrasaun no finansa 3. Persija ekipa fiskalizasaun interna partidu nian atu servisu maximu
4	Resibu husi loja la iha (kartaun recarga, transporte, kombustivel, hola sasan ba mate uma, konsumu, Aniversairu CNRT, Vija, STNK)	1. Tuir Resolusaun N.º 3/2008, artigu 13 nú 4 no nú 6 katak dokumentu ne'e lahatutu ou laverifika tuir regra despeza kontabilidade nian. 2. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º laiha legalidade no transparensia	1. TENKI iha wainhira sosa pulsa rekarga Timor Telekom (TT) 2. Wainhira resibu loja laiha, TENKI iha kuitansi baibain ne'ebé justifika husi <i>atasan langsung</i> . 3. TENKI iha resibu loja wainhira ense kombustivel 4. TENKI iha rejimentu interna konaba kombustivel ba distritu
5	Resibu partidu la asina (teizoureira ka ema ne'ebé simu osan) (transporte, Aniversariu CNRT)	1. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 13 nú 4 no nú 6 katak dokumentu ne'e la hatudu ou la verifika tuir regra despeza kontabilidade nian. 2. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º laiha legalidade no transparensia	TENKI asina wainhira resibu partidu sai husi teizoureira
6	Resibu iha maibe montante ne'e iha relatoriu la iha (foto kopia no seluk-seluk)	1. Tuir resoluusaun N.º 3/2008, artigu 13 nú 4 no nú 6 katak dokumentu ne'e lahatutu ou laverifika tuir regra despeza kontabilidade nian. 2. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º laiha legalidade no	Wainhira osan sai, TENKE didiak iha journal tanba sei iha impaktu ba Saldo.

NB: Partidu haruka ona dokumentus justifikativu mai CNE maibe la esplika detalla konaba faktus sira ne'ebé iha.

3. FRETILIN

Tabela 8
Observasaun Faktus no Rekomendasaun sira

Nú	Faktus sira (DESPEZA)	Observasaun sira/Regra sira	Rekomendasaun sira
1	Montante Relatoriu no Resibu la hanesan	1. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 13 nú 4 no nú 6 katak dokumentu ne'e la hatudu ou la verifika tuir regra despeza kontabilidade nian. 2. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º la iha legalidade no transparensia	1. Wainhira halo relatoriu TENKE haré didiak konaba montante resibu para bele justifika loloós. 2. TENKI hadia jestaun administrasaun no jestaun finanseira 3. Ekipa fiskalizasaun interna partidu TENKI servisu maximu.
2	Halo viagem nasional ka international iha deit maka autorizasaun verbal	1. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 13 nú 4 no nú 6 katak dokumentu ne'e la hatudu ou la verifika tuir regra despeza kontabilidade nian. 2. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º la iha legalidade no transparensia	1. TENKI aplika rejimentu interna konaba alojamentu/akomodasaun. Kuandu seidak iha TENKI hamosu rejimentu ne'e. 2. Ekipa fiskalizasaun interna partidu TENKI servisu maximu.

NB: Faktus sira iha tabela 8, Partidu FRETILIN halo ona justifikasaun mai CNE (Nú. 06/SN-CCF/III/2009).

4. KOTA (seidak audit tanba relatoriu foin hato'o mai CNE iha 31/3/2009)

5. PUN

Tabela 9
Observasaun Faktus no Rekomendasaun sira

6. PPT

Tabela 10

Nú.	Faktus sira	Observasaun sira/Regra sira	Rekomendasaun sira
RESEITA			
1	Konta bankaria ne'e registu fali naran pesoa (Jacob Savier) <i>Bank statement</i> laha ka fimbun no asinatura	1. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 6 nu 6 no nu 8 katak konta bankaria tenke registu naran partidu politiku nian iha artigu 13 nu 4 no 2 2. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 13 nu 4 no 2 3. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 1 laha legalidade no transparensia asinatura tenke ema nain tolu ho	1. Wainhira hatama eson ba Konta bankaria iha banku ne'ebe ezizte iha Timor Leste, TENKI ka fimbun no asinatura hosi ofisialis banku nian naran partidu nian no la bele uza fali naran pesoa tamba lei la permiti. (Lei Nú. 6/2008 no Rezolusaun Nú. 03/2008 artigu 14 nu 4 no 2). 2. Wainhira funan banku mosu iha <i>bank statement</i> entaun tenke hatama ba reseita
2	Funan Banku la hakerek ni'udar reseita	1. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 1 laha legalidade no transparensia asinatura tenke ema nain tolu ho	1. Wainhira hatama eson ba Konta bankaria iha banku ne'ebe ezizte iha Timor Leste, TENKI ka fimbun no asinatura hosi ofisialis banku nian naran partidu nian no la bele uza fali naran pesoa tamba lei la permiti. (Lei Nú. 6/2008 no Rezolusaun Nú. 03/2008 artigu 14 nu 4 no 2). 2. Wainhira funan banku mosu iha <i>bank statement</i> entaun tenke hatama ba reseita
2	Funan Banku la bele verifika tamba kahur ona ho osan	1. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 1 laha legalidade no transparensia asinatura tenke ema nain tolu ho	1. Wainhira hatama eson ba Konta bankaria iha banku ne'ebe ezizte iha Timor Leste, TENKI ka fimbun no asinatura hosi ofisialis banku nian naran partidu nian no la bele uza fali naran pesoa tamba lei la permiti. (Lei Nú. 6/2008 no Rezolusaun Nú. 03/2008 artigu 14 nu 4 no 2). 2. Wainhira funan banku mosu iha <i>bank statement</i> entaun tenke hatama ba reseita
3	Montante no data iha relatoriu hanesan ho montante resibu	2. Lei 6/2008 artigu 2, konaba Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 11 nu 3 no artigu 10	Wainhira halo relatoriu montante despeza nian TENKI hanesan ho resibu no data TENKI kondis ka hanesan ho data relatoriu
DESPEZA			
1	Despeza banku/ <i>Ledger fee</i>	1. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008 artigu 6 nu 6 no nu 8 katak konta bankaria tenke registu naran partidu politiku nian iha instituisaun bankaria ne'ebe iha Timor Leste, no konta bankaria asinatura tenke ema nain tolu ho sidadaun ema Timor Leste.	1. TENKI loke konta partidu nian, tamba kontra Lei N.º 6/2008 artigu 13 nu 4 no nu 6 katak
4	Resibu verifika tamba kahur ona ho osan (privado)	1. Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 6 nu 6 no nu 8 katak konta bankaria tenke registu naran partidu politiku nian iha instituisaun bankaria ne'ebe iha Timor Leste, no konta bankaria asinatura tenke ema nain tolu ho sidadaun ema Timor Leste.	1. Kuandu iha despeza TENKI hatu du ka hato'o mos ho ninia resibu original ou fotokopia 2. Tamba kontu uza pesoa nia naran entaun iha wikidade au verifika, bele uza TENKI konta bankaria TENKI hanesan ho resibu. Bele uza TENKI justifika husi <i>langsung</i> .
5	Resibu partidu ba Atividade partidu iha distritu iha maibe relatoriu ba atividade ne'e la iha no ninia resibu sira	1. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2, konaba Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 11 nu 3 no artigu 10 2. Lei 6/2008 artigu 2, konaba Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 11 nu 3 no artigu 10	1. Kuandu iha despeza TENKI hatu du ka hato'o mos ho ninia resibu original ou fotokopia 2. Wainhira halo relatoriu montante despeza mar TENKI hanesan ho resibu. Bele uza TENKI justifika husi <i>langsung</i> .
2	Montante Relatoriu la hanesan montante Resibu	Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2, konaba Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 11 nu 3 no artigu 10	Wainhira halo relatoriu montante despeza mar TENKI hanesan ho resibu. Bele uza TENKI justifika husi <i>langsung</i> .
3	Resibu Partidu iha maibe resibu loja la iha (aluga kareta, kombustivel, Dekorasaun, halo konferensia)	1. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2, konaba Tuir Rezolusaun N.º 3/2008, artigu 11 nu 3 no artigu 10 2. Tuir Lei N.º 6/2008, artigu 2.º laha legalidade no transparensia	Kuandu iha despeza ka "sosa ekipamentus TENKI hatu du ka hato'o mos ho ninia resibu original ou fotokopia. Tamba ne'e latuir ona Lei maka TENKI aplika resolusaun nú 03/2008 artigu 14 nú 4,5 no artigu 21 nú 1 no 2 iha Lei nú 06/2008.

7. PSD

Tabela 11
Observasaun Faktus no Rekomendasaun sira

NB: Partidu haruka ona relatoriu husi Distritu Kovalima no Manatuto ho montante \$ 3,420.00 no osan ho montante \$ 16,880.00 hato'o ninia resibu husi partidu deit, maibe relatoriu atividade no resibu loja seidauk hato'o mai CNE.

8. PD

Tabela 12
Observasaun Faktus no Rekomendasaun sira

NB: Faktus sira iha tabela 12, Partidu apresenta ona sira nia apresiasaun konaba justifikasaun faktus ba sirkuntansia sira ne'ebé partidu hetan. Partidu rekuñese sira nia frakeza ho razaun ne'ebé oioin hanesan iha karta ne'ebé mak haruka mai CNE iha loron 25 Marsu 2009

9. UNDERTIM

Tabela 13
Observasaun Faktus no Rekomendasaun sira

NB: Faktus sira iha tabela 13, Partidu apresenta ona sira nia apresiasaun konaba justifikasaun irregularidade faktus sira ne'ebé partidu hetan (re-estrutura iha baze, apoiu transporte ba membru sira halo viajen no aluga uma ba edifisiu). Partidu rekuñese sira nia frakeza ho razaun ne'ebé oioin hanesan iha karta ne'ebé mak haruka mai CNE ho nú.06/UNDERTIM/III/2009 iha loron 25 Marsu 2009.

D. OBSERVASAUN SIRA

1. OBSERVASAUN GERAL PARTIDU IDA-IDA

A. ASDT

- * Iha data 17/02/2009 staf administrasaun CNE komunika ba tezureiru ASDT atu informa katak ekipa servisu auditoria sei ba halo klarifikasaun iha Sede iha loron 18/02/2009, maibe wainhira ekipa servisu auditoria to'o iha Sede (09.30 OTL) tezureiru dehan katak ohin loron ami okupadu tanba atu simu bainaka hosi Embaisada Amérika, ho nune'e ami husu atu muda fali ba iha data 23/02/2009. Ho laran infelimente ekipa tenki fila. Sei partidu okupadu, antes ne'e, persija fó hatene fila fali ba CNE, ho nune'e ekipa auditoria sira labele so'e tempu mai iha Sede partidu.
- * Iha data 23/02/2009, ekipa ba duni Sede. Iha neba membru partidu ne'ebé prezensa mak Prezidente Partidu, Sekretriu Jeral Adjuntu no Teizoureiru. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluausaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa hetan failansu iha jestaun administrasaun finansa, laiha ou seidak hatuur rejimentu interna partidu konaba ezekusaun orsamentu, rejimentu interna konaba perdiem, konaba alojamentu, kombustivel/transporte ba distritu, no seluk-seluk.
- * Oficial finansa seidak komprende no la iha kuñesimentu klean konaba termu hirak ne'ebé relasionadu ho finansa (ex. reseita no despeza).
- * Oficial finansa seidak komprende atu prensa Formulariu ne'ebé CNE fahe no sira konfuzsaun konaba oinsa muda resibu sira ba iha relatoriu annual.

B. CNRT

- * Iha loron 26/2/2009 to'o 2/3/2009, ekipa servisu auditoria ba halo audit iha Sede CNRT hodi halo klarifikasaun konaba dúvida sira ne'ebé ekipa hasoru. Membru ne'ebé marka prezensa mak Xefe Administrasaun no Finansa no Teizoureira partidu. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluausaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa fó apresia ba Partidu ne'e tanba sira nia relatoriu ne'e sistematika no kompletu, maski sei iha failansu iha jestaun administrasaun finansa, liuliu faktus balun montante la hanesan, resibu balun la asina, hakerek hanehan malu (*tumpang tindih*), resibu sira hosi partidu esplika la klaru, ex. transporte atu ba ne'ebé.
- * Rejimentu interna partidu konaba akomodasaun, perdiem,

kombustivel/transporte no empresta ka debe seidak iha.

- * Iha dúvidas barak konaba atu koloka resibu sira ba formulariu ne'ebé CNE fahe.
- * Iha loron 17/3/2009, tuku 9.30, auditor sira ba halo tan klarifikasaun daruak konaba montante osan ne'ebé aloka la klaru. Iha tempu hanesan Xefi Finansa dehan katak sei apresenta ninia rezultadu mai CNE (auditor sira) iha tempo badak.
- * Iha data 19-03-2009 tuku 16.30 tezureira mai iha CNE (auditor sira) atu hato'o sira nia resibu no relatoriu orsamentu kompletu ne'ebé aloka la klaru.

C. FRETILIN

- * Iha loron 20/2/2009, tuku 09.30 otl ekipa servisu auditoria ba halo audit iha Sede FRETILIN atu hodi halo klarifikasaun konaba dúvida sira ne'ebé ekipa hasoru. Membru partidu ne'ebé marka prezensa mak Sekretriu Jeral Adjuntu, Ekipa Fiskalizasaun Interna no Teizoureira. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluausaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa hetan failansu iha jestaun administrasaun finansa (montante balun hakerek dupla, resibu balun la iha).
- * Polítika interna partidu konaba ezekusaun orsamentu seidak la'o loloos ka autorizasaun sira barak mak autorizasaun verbal deit, rejimentu interna partidu konaba akomodasaun, perdiem, kombustivel/transporte ba distritu mós seidak iha. Rejimentu balun iha ona maibe aplika la másimu.
- * Iha dúvidas barak ne'ebé atu koloka resibu sira ba formulariu ne'ebé CNE fahe.
- * Iha loron 16/3/2009, ekipa auditor sira ba halo konfirmasaun daruak konaba kontribuisaun membru partidu nian tanba relatoriu ne'ebé hato'o mai CNE la kompletu ho ninia montante \$ 29,862.46. Rezultadu husi klarifikasaun ne'e, sira hatudu duni dokumentu original sira ka *bank statement* ba ekipa auditor sira.

D. KOTA

- * Subvensaun públika ba KOTA hetan suspensaun hosi CNE tanba problema internal partidu. Enkuantu partidu polítiku sira seluk hetan iha loron 22 Setembru 2008.
- * Subvensaun públika KOTA nian foin efetua iha loron hirak ida antes fulan Dezembru 2008 remata.
- * CNE fó tempu ba KOTA atu apresenta relatoriu iha fin primeiru Trimestre Anu-Fiskal 2009, ne'ebé foin apresenta nia relatoriu iha loron 31 Marsu 2009 no agora sei iha prosesu auditoria.

E. PUN

- * Iha loron 12/2/2009, tuku 09.30 otl ekipa servisu auditoria

vizita ba sede PUN hodi halo klarifikasaun konaba dúvida sira ne'ebé ekipa hasoru, maibe iha neba ekipa hasoru de'it ho Sekretariu Partidu. Ho nune'e ekipa labele halo klarifikasaun tanba Teizoureiru laiha fatin, ne'e duni muda fali ba oras tuku 14.30 otl. Tuku 14.30 otl ekipa ba fali sede maibe hasoru deit ho Sekretariu Partidu, Asistensia Administrativa no Teizoureiru mós la prezensa, no informasaun seluk ne'ebé ekipa hetan katak dokumentu original relasionadu laiha arkivu tanba Prezidente mak rai iha ninia hela fatin no Prezidente sei halao viajem ba Filipina. Tanba ne'e ekipa servisu auditoria adia fali ba lora 17/2/2009, tuku 09.30 otl.

- * Membru partidu ne'ebé marka prezensa mak Teizoureiru, Sekretaria no Asistensia Administrativa. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade n kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluasaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa hetan failansu iha jestaun administrasaun finansa (resibu hosi loja laiha so iha deit resibu partidu, resibu balun hakerek ho liman, montante entre relatoriu mos la hanesan)
- * Rejimentu interna partidu konaba ezekeusaun orsamentu laiha ka autorizasaun sira verbal deit, rejimentu konaba akomodasaun, perdiem, kombustivel/transporte ba distritu mós seidak, etc.
- * Ekipa servisu auditoria mós observa katak naran partidu iha estatutu partidu, ho naran "PARTIDU NASIONAL" la hanesan naran ne'ebé rejistu iha CNE, "PARTIDU UNIDADE NASIONAL".

F. PPT

- * Lora 11/2/2009, ekipa servisu auditoria halo komunika ba Sede konaba oráriu auditoria sira nian atu ba halo konfirmasaun konaba relatoriu annual orsamentu partidu nian. Maibe iha lora 12/2/2009, tuku 09.00 otl, Sekretariu Jeral, Sr. Francisco Pinto hakat mai edifisiu CNE, hasoru malu ho ekipa auditoria atu hato'o sira nia asuntu konaba Sede partidu. Sekretariu Jeral dehan katak PPT seidak iha Sede permanente, hodi nune'e husu ba ekipa auditoria sira atu ba halo konfirmasaun iha deit edifisiu Parlemantu Nasional. Maibe ekipa la simu asuntu ida ne'e tanba tuir lei Nú. 3/2004, artigu 11 no Rezolusaun CNE Nú. 3/2008, artigu 6 hatuur tiha ona konaba kriasaun Sede. Ho razaun ida ne'e ekipa sei la ba Parlemantu Nasional. Ekipa sei ba deit iha Sede mezmu ke Sede provizoriu.
- * Lora 13/2/2008, ekipa auditoria ba halo duni klarifikasaun konaba dúvida sira iha Sede ne'ebé rejista iha CNE. Iha neba ekipa hasoru malu ho Oficial Finansa Partidu ka Teizoureiru, Mateus Xavier da Costa Cabral no Sek.Jeral, Francisco Pinto. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluasaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa hetan failansu barak iha jestaun administrasaun finansa. Partidu hato'o dokumentu sira mai CNE mak journal de'it, relatoriu annual ne'e mós hakerek ho liman, montante entre resibu no relatoriu mós la hanesan.

* Evidensia seluk ne'ebé ekipa auditoria hetan mak konta bankaria patidu nian sei uza ema ida nia naran (Jacob Xavier), tuir konstituisaun la permiti atu uza naran pesoal ba instituisaun ka partidu ida. Wainhira ekipa halo verifikasaun, sira dehan katak konta bankaria ne'e uza naran partidu maibe wainhira hodi *bank statement* mai iha ekipa auditoria, konta bankaria ne'e sei uza naran pesoal. Informasaun ne'e ekipa auditoria husu justifikasaun, no teizoureiru dehan katak ami la hato'o konta bankaria ida uluk (BNU 109902.10.002) tanba konta ne'e sei uza ba transaksaun privadu ne'ebé iha relasaun ho transfere osan pensionista Portugal nian kada fulan. Ekipa ejiji nafatin ba sira atu hatama *bank statement*. Ikus mai partidu loke fali konta foun nú. BNU 5660145.10.001 ho saldu final \$ 20,00. Conta foun ne'e mos sei uza naran pesoal.

* Rejimentu interna partidu konaba ezekeusaun orsamentu laiha ka autorizasaun foti no uza osan mós laiha, rejimentu konaba akomodasaun, perdiem, kombustivel/transporte ba distritu mós laiha, etc.

* Teizoureiru seidak hatene atu prene formulariu prestasaun konta ne'ebé CNE entrega ba sira, no ekipa admira wainhira hatene katak Teizoureiru ne'e tuir formasaun konaba jestaun finanseira basika iha CNE durante semana rua.

* Iha data 16-03-2009 tuku 16.30 ekipa auditoria hakat'an daruak ba sede, iha neba ekipa auditoria hasoru malu ho Sekretariu Jeral Partidu nian atu koalia konaba konta bankaria ne'ebé sei uza naran pesoal (Jacob Xavier). Iha tempu hanesan Sekretariu Jeral hateten katak asuntu ne'e ami sei hato'o ba Prezidente Partidu.

* Maibe iha data 17-03-2009 Prezidente Partidu haruka karta mai Prezidente CNE katak sira (Prezidente Partidu) sei mantein nafatin konta bankaria foun (*kedua*) ne'ebé uza naran pesoal (Jacob Xavier).

G. PSD

* Tuir oráriu ne'ebé ekipa prepara, vizita ba PSD atu halo konfirmasaun ba partidu iha lora 19/2/2008, maibe adia fali ba lora 4/3/2009 tanba dehan Sede PSD laiha. Sede tuan ninia kontratu hotu ona, entaun sei buka fali edifisiu seluk.

* Lora 4/3/2009 ekipa auditoria ba duni iha Sede foun. Membru partidu ne'ebé marka prezensa mak Prezidente CNJ, Vise Prezidente, Sekretariu Jeral, Prezidente Komisaun Organizaun ba Kongresu no Teizoureiru. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa, maibe Sede seidak preparadu. Iha momentu ne'e Sede foin hamos, foin dasa, no dokumentu ka arkivu iha partidu mós seidak kompletu.

* Wainhira ekipa auditoria halo konfirmasaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa auditoria hetan difikuldade tanba relatoriu orsamentu ba atividade sira iha distritu seidak hato'o mai iha Sede Central, maibe tuir informasaun hosi distritu ne'ebé Sekretariu Jeral telefone direktamente ba Koordinator Distrital dehan katak relatoriu tama tiha ona iha Sede Sentral ne'ebé simu direktamente hosi Teizoureiru tuan, Mau Hura maibe Mau Hura dehan katak seidak

hatama. No mós wainhira ekipa husu konaba dúvida sira hosi resibu sira ne'ebé tama ona, sira dehan la hatene dúvida sira ne'e tanba atividade ne'e hala'o iha distritu, entaun responsabel distritu mak tenki klarifika, aleinde ida ne'e membru sira iha estrutura no ofisial finansa mós foun. Sira ne'ebé halo relatoriu ne'e agora daudaun la mantein sira posisaun iha estrutura foun, entaun sira la komprende saida mak hakerek iha relatoriu ne'e.

- * Ekipa servisu auditoria nota katak iha failansu barak iha jestaun administrasaun finansa (iha mak resibu partidu, journal partidu, relatoriu annual mós laiha, balansu patrimoniun mós laiha). Dokumentu sira la kompletu sei impede servisu auditoria sira.
- * Rejimentu interna partidu konaba ezekeusaun orsamentu laiha, rejimentu interna partidu konaba akomodasaun, perdiem, kombustivel/transporte ba distritu mós seidak iha, etc.
- * Iha loraon 17/3/2009, tuku 11.00 otl, ekipa auditoria hakat fila fali ba sede Partidu atu halo konfirmasaun daruak konaba osan ho montante \$ 30,000.00 uza ba atividade partidu (kongresu) ne'ebé seidak hato'o ninia relatoriu mai iha CNE no sira promete atu entrega mai CNE iha tempu badak.
- * Iha loraon 18/3/2009, tuku 10.00 otl, Sekretariu Jeral no ninia ofisiais sira mai iha CNE hato'o relatoriu ne'ebé mak mai husi distritu hanesan Distritu Viqueque, Baucau, Liquiça no Manufahi ho montante \$ 13,120 no sei menus osan ho montante \$ 16,880.

H. PD

- * Iha loraon 16/2/2009, tuir oráriu ekipa servisu auditoria ba halo klarifikasaun iha partidu PD. Membru partidu ne'ebé marka prezensa mak Prezidente Interinu, Sr. Samuel Mendonça ho Teisoureira partidu. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluasaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa hetan failansu iha jestaun administrasaun finansa (resibu balun laiha, manipulasaun dokumentu tanba realidade osan seidak sai, resibu balun dupla, resibu balun mak montante la hanesan).
- * Rejimentu interna partidu konaba ezekeusaun orsamentu laiha ka autorizasaun sira barak mak verbal deit, rejimentu interna konaba akomodasaun, perdiem, kombustivel/transporte ba distritu mos seidak iha, etc.
- * Iha loraon 17/3/2009, tuku 11.00 otl, ekipa auditoria hakat fila fali ba sede Partidu atu halo konfirmasaun daruak ho Teisoureira konaba konta bankaria ne'ebé sei uza naran pesoal no Osan ho montante \$ 50,826.00. Asuntu ne'e teisoureira sei hato'o ba Sekretariu Jeral Ajuntu Partidu tanba nia la marka prezensa.
- * Iha 17-03-2009 tuku 14.30 ekipa auditoria hakat' an datolu ba sede partidu nian atu konfirma filafali ho prezidente interinu (Samuel Mendonça) konaba problema fundamental ne'ebe sira hasoru. Iha tempu hanesan prezidente interinu ne'e esplika mais kompletu no klaru tamba sira hatudu montante osan riil ne'ebe sira iha.

I. UNDERTIM

- * Iha loraon 12/2/2009, tuir oráriu ekipa servisu auditoria ba halo klarifikasaun iha partidu UNDERTIM. Membru partidu ne'ebé marka prezensa mak Sekretariu Adjunto no Teizoureira. Sira simu ekipa ho kondisaun amizade no kooperativa.
- * Wainhira ekipa halo evaluasaun konaba faktus sira ne'ebé iha relatoriu, ekipa hetan failansu iha jestaun administrasaun finansa (iha resibu partidu deit, relatoriu husi Distritu mós laiha, ho razaun katak kapasidade ema iha distritu mínimu no laiha facilidade adekuaudu atu reforsa sira nia servisu, montante resibu no relatoriu la hanesan).
- * Rejimentu interna partidu konaba ezekeusaun orsamentu la iha ka autorizasaun sira dala barak verbal deit, rejimentu interna konaba akomodasaun, perdiem, kombustivel/transporte ba distritu mós seidak iha, etc.
- * Teizoureira hetan difikuldade konaba oinsa koloka resibu sira ba formulariu ne'ebé CNE fahe ba partidu.

2. JESTAUN ADMINISTRASAUN FINANSA PARTIDU

Hosi evaluasaun ka audit ne'ebé ekipa hala'o durante fulan ida, ekipa observa katak:

- a. Jestaun administrasaun finansa ninia lala'ok ladun diak, tanba:

- i. *Turnover* ofisial finansa aas.

Ofisial finansa iha partidu maioria ema foun, ho nune'e historikamente sira la hatene saida mak akontese iha anterior wainhira ekipa auditoria husu ba sira konaba evidensia sira ne'ebé relasiona ho finansa no satan relatoriu hosi ofisial finansa anterior mós laiha.

- ii. Ofisial finansa seidak hatene konaba finanseira bazika.

Ofisial finansa maioria seidak komprende konaba jestaun finansa inklui halo kontabilidade bazika (halo journal, koloka reseita no despeza, etc.) no halo relatoriu annual.

- iii. Ekipa fiskalizaun partidu.

Maioria partidu iha ona ekipa fiskalizaun maibe la funsiona ho másimu. Ekipa fiskalizaun ne'e mak bele sukat lala'ok orsamentu, ekipa fiskalizaun mak hatene oinsa implementasaun planu partidu no oinsa hetan rezultadu másimu.

- b. Rejimentu interna partidu konaba ezekeusaun orsamentu:

Maioria partidu seidak iha rejimentu ida konaba prosedimentu ezekeusaun orsamentu, exemplu se mak bele autoriza atu foti osan, se mak iha kompetensia atu halo verikasaun ka kontrola orsamentu, oinsa jere orsamentu konaba transporte, ka iha parte seluk dala barak autorizasaun ne'ebé partidu halo ho verbal deit ka la eskrita.

- c. Seluk-seluk:

Partidu sira sei dúvidas ou la komprende konaba Prestação de Contas ne'ebé CNE fahe.

3. MONTANTE RELATORIU NO RESIBU DIFERENSA PARTIDU SIRA

A. ASDT

Tabela 14
Faktus Diferensa sira

Nú	Item	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs.
1	Funan Banku	\$ -	\$ 10.71	\$ 10.71	Osan la sai
2	Despeza Banku	\$ -	\$ 2.50	\$ (2.50)	Osan sai tiha ona
3	Material dapur no logistika	\$ 673.25	\$ 686.25	\$ (13.00)	Osan sai tiha ona
4	Subsidiu ba quadros políticos (Reajustamentu)	\$ 9,415.11	\$ 9,515.11	\$ (100.00)	Osan sai tiha ona
5	Ekipamentus Eskritoriu/ Secretariadu	\$ -	\$ 2.00	\$ (2.00)	Osan sai tiha ona
6		\$ -	\$ 2.00	\$ (2.00)	Osan sai tiha ona
7	Meios de Transporte	\$ 5.00	\$ 2.00	\$ 3.00	Osan la sai
8		\$ 5.00	\$ -	\$ 5.00	Osan la sai
9		\$ -	\$ 3.00	\$ (3.00)	Osan sai tiha ona
10		\$ -	\$ 1.00	\$ (1.00)	Osan sai tiha ona
T O T A L				\$ (104.79)	Osan sai tiha ona

Note: Osan la sai : \$ 18.71
Osan sai tiha ona: \$ 123.50

B. CNRT

Tabela 15
Faktus Diferensa sira

Nú	Item	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs.
1	Salariu Fulan Jullu	\$ 1,255.00	\$ 1,475.00	\$ (220.00)	Osan sai tiha ona
2	Transporte Fulan Agustus (dupla): \$ 3.80	\$ -	\$ 7.60	\$ (7.60)	Osan sai tiha ona
3	Konsumu Novembru	\$ -	\$ 100.00	\$ (100.00)	Osan sai tiha ona
4	Manutensaun	\$ 45.00	\$ 15.00	\$ 30.00	Osan la sai
5	Selu tusan (3/10/2008)	\$ 92.55	\$ 109.00	\$ (16.45)	Osan sai tiha ona
6	Seluk-seluk (Marsu): \$ 510	\$ -	\$ 510.00	\$ (510.00)	Osan sai tiha ona
T O T A L				\$ 842.65	Osan sai tiha ona

Note: Osan la sai : \$ 30.00
Osan sai tiha ona: \$ 812.65

C. FRETILIN

Tabela 16
Faktus Diferensa sira

Nu	Item	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs
1	Outros	\$ 133.85	\$ 130.85	\$ 3.00	Osan la sai
2	Propaganda doutrinaria e politica pesquisa	\$ 14,097.50	\$ 14,097.00	\$ 0.50	Osan la sai
3	Outras com politico partidarios	\$ 112,048.71	\$ 112,047.40	\$ 1.31	Osan la sai
4	Material de expediente/escriptorio	\$ 450.70	\$ 452.70	\$ (2.00)	Osan sai tiha ona
T O T A L				\$ 2.81	Osan la sai

Nota: Osan la sai : \$ 4.81
Osan sai tiha ona : \$ 2.00

D. KOTA (seidauk audit tanba relatoriu foin hatu' o mai CNE iha 31/3/2009)

E. PUN

Tabela 17
Faktus Diferensa sira

Nota: Osan la sai : \$ 32.19
Osan sai tiha ona: \$ 4.03

F. PPT

Tabela 18
Faktus Diferensa sira

Nú	Item	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs.
1	Total Despeza	\$ 14,816.65	\$ 15,816.65	\$ (1,000.00)	Osan sai tiha ona
				\$ -	

Nú	Item	TOTAL	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs.
1	Funon PSDK		\$ 7.50	\$ 7.50	\$ (1,000.00)	Osan sai tiha ona
2	Funan Banku		\$ -	\$ 19.60	\$ 19.60	Osan la sai
3	Ledger Fee		\$ -	\$ 0.03	\$ (0.03)	Osan sain tiha ona
4	Ledger Fee		\$ -	\$ 2.00	\$ (2.00)	Osan sain tiha ona
5	Ledger Fee		\$ -	\$ 2.00	\$ (2.00)	Osan sain tiha ona

Nú	Item	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs.
6	Hadit				
7	Sosala biscuit, aqua, nescafe, cha	\$ 74.85	\$ 70.85	\$ 4.00	Osan la sai
			\$ 69.00	\$ 34.50	Osan la sai
	TOTAL			\$ 28.16	Osan la sai
3	Meios de transportes (dupla)		\$ 117.00	\$ 58.50	Osan la sai
4			\$ 14.10	\$ 7.05	Osan la sai
	TOTAL			\$ 620.05	Osan la sai

Nota: Osan la sai : \$ 620.05
Osan sai tiha ona: \$ -

L. UNDERTIM

Tabela 20
Faktus Diferensa sira

Nú	Item	Relatoriu	Resibu	Diferensa	Obs.
1	Saldo inisui	\$ 300.00	\$ 499.58	\$ 199.58	Osan la sai
	TOTAL			\$ 199.58	Osan la sai

Note : Osan la sai : \$ 199,58
Osan sai tiha ona : \$ -

4. REKOMENDASAUN GERAL PARTIDU IDA-IDA

Tabela 21
Rekomendasaun sira

Nú	Partidu sira	Rekomendasaun
1	ASDT	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. ❖ Kria mekanizmu ida konaba se mak bele fó autorizasaun (la bele autorizasaun verbal). ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral.
2	CNRT	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun iha ona maibe seidak aplika óptimu. ❖ Labele hakerek hanehan malu (<i>tumpang tindih</i>). ❖ Halo justifikasaun klaru ka esplika klaru konaba resibu sira husi partidu. ❖ Wainhira troka ofisial finansa ka teizoureiru tenki halo relatoriu orsamentu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral.
3	FRETILIN	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki aplika mázimu. ❖ Halo justifikasaun klaru ka esplika klaru konaba resibu sira hosi partidu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral.
4	KOTA	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Ekipa fó rekomendasaun atu resolve lalais problema interna partidu. ❖ Rekeomenda mós atu hatama ona relatoriu annual.
5	PUN	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki ser aplika óptimu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral. ❖ Halo surat deklarasaun ida ba CNE konaba naran partidu ne'ebé iha estatutu partidu sei uza "PARTIDU NASIONAL".

6	PPT	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Naran iha konta bankaria labele uza naran pesoal, TENKI muda fali ba naran partidu tanba la tuir Rezolusaun Nú. 3/2008 artigu 6.º. ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki ser aplika óptimu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu.
7	PSD	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Relatoriu ho montante \$ 20,560 kuaze resibu partidu nian tomak, iha deit hosi distritu Liquiça, Dili, Ainaro, Viqueque no Manufahi. ❖ Husu mós atu hatama ona Relatoriu Despeza Restu ho montante \$ 16,880 ne'ebé seidak tama husi Distritu seluk no mós hadia relatoriu ne'ebé mak hato'o mai CNE. ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki ser aplika óptimu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral.
8	PD	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki ser aplika óptimu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun/Audit Internal iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu ❖ LABELLE halo manipulasaun dokumentus ❖ Rekomenda ba Partidu PD atu hadia relatoriu no halo kompletu dokumentu sira ne'ebé sei falta. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral.
9	UNDERTIM	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu. ❖ Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka <i>sumbangan sosial</i>, konaba mekanizmu fó empresta ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki ser aplika óptimu. ❖ Harii Komisaun Fiskalizasaun iha partidu. Sei iha ona, tenki aplika mázimu liuliu atu kontrola orsamentu iha partidu. ❖ Halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral. ❖ Rekomenda ba Partidu atu halo kompletu dokumentu sira ne'ebé sei falta liuliu relatoriu sira husi distritu.

E. REKOMENDASAUN BA CNE

1. Ekipa auditoria rekomenda ba CNE atu halo formasaun ka treinamentu semestral ba funsionariu partidu nian ne'ebé toma konta finansa konaba jestaun administrasaun finansa.

2. Halo evaluasaun konaba formulariu prestasaun konta sira ne'ebé CNE fahe ba partidu sira tanba item balu ne'ebé importansia la tama iha formulariu ne'e.
3. Ekipa auditoria rekomenda ba CNE atu halo fiskalizasaun no evaluasan orsamentu partidu politiku sira nian fulan-fulan.
4. Tanba *turnover ofisial* finansa sira iha partidu aas, ho nune'e husu ba CNE atu rekomenda ba partidu sira hodi mantein ofisial finansa sira ou maizumenus tenki halo tranferensia informasaun orsamentu husi ofisial tuan ba ofisial foun.

F. OBSTÁKULU NE'EBÉ EKIPA HASORU

Iha mudansa oráriu ne'ebe aas tanba dokumentu partidu la kompletu no Sede partidu balun mós la iha; Ajustamentu Kontestu Relatoriu sempre muda bebeik.

REZUME

Tuir kontratu ne'ebé fó knaar ba ekipa servisu auditoria sira atu analiza konaba tékniku ba prestasaun konta sira bazeia ba Rezolusaun N^o. 03/2008-CNE no halo analiza ba reseita sira no despeza sira tuir Lei N^o 6/2008 no teknikamente tuir norma/regra kontabilidade ne'ebé normalmente uza.

Objetivu ba ekipa auditoria sira mak atu hetan evidensia ida-ida asersaun signifika ne'ebé relasiona ho tranzasaun no saldu siklu gastu sira nian. Asersaun sira hanesan ezistensia no insidentil, afirmasaun kompletamentu, direitu no dever, valorizasaun no alokasaun no relatoriu no espresaun. Asersaun hirak ne'e sei reforsa ho guia ba auditor sira atu fó ezame tékniku ba prestasaun konta sira husi partidu. Termo referensia ida ne'e atu fó atensaun liuliu ba kriteria sira hanesan identifikasaun ba impropriedade sira no irregularidade sira.

Lala'ok utilizasaun orsamentu ne'ebé apoiu husi Governu ba partidu sira no reseita propria partidu sira nian, normalmente la'o diak no utiliza tuir nesesidade partidu ida-ida nian, maski iha failansu ba relatoriu sira. Failansu jeral sira ne'ebé mosu mak:

- *Administrasaun finansa, hanesan:* ofisial finansa sira ladun hatene konaba ba kontabilidade bazika hanesan halo journal no halo relatoriu; montante relatoriu, reseita, despeza no saldu la hanesan ka la *koherensia*; interpretasaun sala konaba resibu partidu no resibu reseita; resibu balun partidu nian la asina; faktus balun hakerek hanehan malu (*tumpang tindih*); resibu sira husi partidu esplika la klaru, ex. transporte atu ba ne'ebé; resibu husi loja la iha so iha mak resibu partidu; resibu balun hakerek ho liman; fotokopia resibu balun dupla; relatoriu orsamentu ba atividade sira iha distritu seidaok hato'o mai iha Sede Central;
- *Rejimentu interna partidu sira:* Maioria partidu seidaok iha rejimentu interna partidu konaba ezekusaun orsamentu ka autorizasaun ka despaizu sira husi xefe direta, akomodasaun, perdiem, konaba apoiu funeravel ka *sumbangan*

social, kombustivel/transporte ba distritu no debe ka fó empresta. Rejimentu partidu balun iha ona maibe aplika seidaok másimu.

- *Konta bankaria:* Konta bankaria PPT sei uza ema ida nia naran, tuir Lei Nú.6/2008 no Rezolusaun Nú.3/2008 la permiti atu uza naran pesoal ba instituisaun ka partidu politiku ida.

- *Seluk-seluk:* Partidu sira sei dúvidas ou la komprende konaba *Prestação de Contas* ne'ebé CNE fahe.

Failansu hirak ne'e, balun tama klasifikasaun prose-dimentu la'o ladun diak no balun tama klasifikasaun komprens-aun ba jestaun administrasaun finanseira maioria ladun diak tanba *turn over* ofisial finansa aas.

Iha filosofia klásiku ida dehan katak "ema ida atu sai matenek ka sai diak, tenki aprende husi esperensia dahuluk ka tenke aprende husi sala, ho nune'e iha rekomendasaun hirak ne'ebé bele ajuda partidu sira atu hadia irreguladade sira hane-san iha leten: Haklean liu tan kuñesimentu konaba jestaun finanseiru baziku liu hosi kapasitasaun ka formasaun rekursu umanu; Hamosu ka kria rejimentu sira konaba prosedimentu ezekusaun orsamentu, rejimentu konaba perdiem, alojamentu, kombustivel ba distritu, konaba apoiu funeravel ka *sumbangan sosial*, konaba mekanizmu fó empresta osan ba membru sira no seluk-seluk ne'ebé relasiona ho orsamentu. Rejimentu balun ne'ebé iha ona, tenki ser aplika másimu; Maioria partidu iha ona ekipa fiskalizasaun maibe la funsiona ho másimu. Ekipa fiskalizasaun ne'e mak bele sukat lala'ok orsamentu, ekipa fiskalizasaun mak hatene oinsa implementasaun planu partidu no oinsa hetan rezultadu másimu. Exemplu molok atu hatama relatoriu mai CNE, ekipa fiskalizasaun partidu politika nian tenki halo uluk verifikasaun ba relatoriu ne'ebé teizoureiru halo no ikus mak partidu sira tenki halo planu atividade no orsamentu annual ka semestral, hodi bele fasilita partidu atu halo evaluasaun.

Aleinde rekomendasaun ba partidu sira, iha mós rekomendasaun ba Komisaun Nasional Eleitoral (CNE) hanesan tuir mai ne'e: fó formasaun ka treinamentu semestral ba funsionariu partidu sira konaba jestaun administrasaun finansa; halo evaluasaun konaba formulariu prestasaun konta sira ne'ebé CNE fahe ba partidu sira tanba item balu ne'ebé importansia la tama iha formulariu ne'e; no halo fiskalizasaun no evaluasan orsamentu partidu politiku sira nian ba fulan-fulan no tanba *turnover ofisial* finansa sira iha partidu aas, ho nune'e husu ba CNE atu rekomenda ba partidu sira hodi mantein ofisial finansa sira ou maizumenus tenki halo tranferensia informasaun orsamentu husi ofisial tuan ba ofisial foun.

Dili, 1 Abril 2009

Prezidente CNE

DR. Faustino Cardoso Gomes, Msi.

Ekipa Servisu Auditoria,

Ananias Barreto, MM

Xefi Ekipa